

## **EXT029 - PRESENÇA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA**

**ANA CAROLINE BARBOSA DOS SANTOS<sup>1</sup>; RAFAELA CRISTIANE PANTOJA CHAVES<sup>1</sup>; MICHEL QUARESMA RODRIGUES<sup>1</sup>; SILVANA DA SILVA MOURA<sup>1</sup>; RÉIA SÍLVIA LEMOS<sup>2</sup>**

karol\_z\_inh@hotmail.com

<sup>1</sup>Graduação, <sup>2</sup>Doutorado

Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Introdução:** Discussões sobre agricultura familiar vêm ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, pois têm sido frequentes nos discursos dos movimentos sociais rurais, de órgãos governamentais e de segmentos do pensamento acadêmico<sup>1</sup>. A prática da agricultura Familiar é uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, favorecendo o cumprimento de exigências sociais, como a geração do emprego e renda, e ambientais, como a conservação da biodiversidade. No Brasil um grande destaque que se dá à agricultura familiar está no papel que desempenha em função do caráter e alcance das metas de segurança alimentar e nutricional, uma vez que grande parte das famílias que vive abaixo da linha da pobreza, caracterizada pela baixa renda e vulnerabilidade social, pode consumir seus produtos, de alguma forma adquirido e distribuído por uma das políticas públicas em vigor<sup>2</sup>. A ligação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar está baseada nas diretrizes instituídas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, em especial ao emprego da alimentação saudável e adequada, com utilização de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares e ao mesmo tempo contribuam para o desenvolvimento sustentável dos agricultores da área, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local pela agricultura familiar<sup>3</sup>. **Objetivos:** Verificar a prática da agricultura familiar por agricultores quilombolas residentes na comunidade do ramal do Piratuba quanto à existência ou não aquisição de seus produtos para a produção da alimentação escolar. **Métodos:** Pesquisa quali-quantitativa, transversal, descritiva realizada com agricultores (n=43) da comunidade quilombola do Ramal do Piratuba, no município de Abaetetuba, mesorregião do Nordeste Paraense, a 103 quilômetros da cidade de Belém do Pará. Na pesquisa utilizou-se questionário estruturado com questões abertas sobre dados sócio-demográficos que permitissem qualificar a amostra; questões fechadas sobre uma variedade de produtos que poderiam ser produzidos pela agricultura familiar local; rodas de conversa e registros fotográficos. Antes da aplicação do questionário os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram registrados em planilha eletrônica Microsoft Excel®, para análise estatística e geração de gráficos e tabelas. **Resultados e Discussão:** Todos os integrantes da amostra (n= 43) são agricultores residentes na comunidade quilombola do Piratuba. A idade dos respondentes variou dos 16 a 75 anos, com o predomínio da faixa etária dos 46 a 55 anos (28%). Com relação ao gênero, 56% da amostra eram mulheres e do que se pode observar, o predomínio de mulheres se dá pela migração de homens para projetos de industrialização às proximidades da região, para trabalhar em grandes indústrias como as de minério de ferro e biodiesel; as mulheres que ficaram na comunidade tornaram-se responsáveis pelos trabalhos agrícolas e pela educação dos filhos. Dos respondentes, 84% se denominam agricultores, pelo ao fato da atividade agrícola ainda ser o principal meio de subsistência da comunidade. No que se refere ao grau de escolaridade, 53% relatam ter estudado somente até ao ensino fundamental incompleto, pois antigamente

não existiam escolas dentro da comunidade para os moradores; uma vez que estas só eram encontradas na cidade de Abaetetuba e nas comunidades próximas às suas proximidades; fato que colaborou para que as crianças começassem a trabalhar desde cedo nas plantações. De uma variedade de produtos da região, na área são produzidos, principalmente, os seguintes tipos de alimentos: macaxeira (53%), mandioca (70%), açaí (60%) e coco (35%). Os quilombolas informam que isso é devido ao tipo de solo da região ser mais propenso a estes tipos de culturas; que por a região ser “salgada” o consumo de farinha de mandioca seca e d’ água é bastante comum; que alguns agricultores vão até à cidade vender a farinha, possibilitando a geração de renda para suas famílias. As rodas de conversa revelaram que os produtores são enfáticos em dizer os seus produtos dominantes são a mandioca, para fazer a farinha e a coleta do açaí para seu consumo, que algum excedente é levado às cidades de Abaetetuba ou Moju, para venda direta ao consumidor ou ao atravessador; 100% dos agricultores nunca venderam qualquer produto para a merenda escolar, devido à questão burocrática do processo de pagamento, fazendo com que percam o interesse em vender ou pelo menos tentar vender suas produções. **Conclusão:** A agricultura familiar na comunidade quilombola de Piratuba é uma atividade de grande importância para a subsistência das famílias que têm nessa atividade um meio para o seu sustento e o desenvolvimento da economia da comunidade quilombola. O cultivo e consumo de outros tipos de produtos, como frutas, verduras e aves domésticas é incipiente e de pouco interesse; as fruteiras não são objeto de plantio e sim de coleta extrativista e pouco consumidas, devido a problemas de restrições culturais. Quanto ao objeto da pesquisa não há qualquer aquisição de alimentos produzidos pela comunidade local, não atendendo à recomendação de aquisição de 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar, como estabelecido pela Lei nº 11.947/20093. As Secretarias de Agricultura e Educação deveriam realizar o mapeamento dos alimentos produzidos pelas comunidades e envia-los para que os alimentos produzidos pelas mesmas fossem valorizados, adquiridos e utilizados na alimentação escolar das comunidades; bem como, esclarecer as muitas dúvidas dos agricultores a respeito da documentação necessária para cadastro e venda de seus produtos ao Programa Nacional da Alimentação Escolar do município de Abaetetuba/PA.

### **Referências Bibliográficas:**

Schneider S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

Soares IF, Melo AC, Chaves ACG. Agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Conrado – PB. 2009. INFOTECNARIDO (Mossoró – RN – Brasil) v.3, n.1, p.56-63 janeiro/dezembro de 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.